

ANÁLISE DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL

Poliana de Lima Noronha¹; Sonia Rebouças da Silva Melo²

¹Estudante do Curso de Ciências Econômicas – CAA – UFPE; E-mail: lima.poliana@hotmail.com,

²Docente/pesquisador do Depto de Economia – CAA – UFPE. E-mail: soniarebouças@gmail.com.

Sumário: O principal objetivo deste estudo é apresentar as diversas abordagens de se mensurar pobreza, em especial a abordagem Multidimensional da pobreza. Também é abordado no trabalho a abordagem tradicional de mensurar renda (monetária), mostrando suas vantagens e desvantagens e apresentada a Abordagem das Capacitações e Abordagem das Necessidades Básicas como uma alternativa que possibilita uma melhor avaliação da pobreza, uma que a pobreza é um fenômeno complexo demais para ser explicada apenas por a abordagem monetária, e assim para iniciar os estudos a respeito do tema, foi feita uma revisão dos principais trabalhos encontrados na literatura econômica. Uma das principais vantagens da abordagem multidimensional é que considera, além da renda, outras privações sofridas por os indivíduos. Com relação ao procedimento metodológico e partindo da abordagem das capacitações, deve-se dar destaque aos identificadores de pobreza multidimensional por meio do Índice Multivariado de Pobreza (IMP) proposto por Asselin (2002). Especificamente, utilizar-se-á a técnica multivariada da Análise de Correspondência Múltipla (ACM), que permite calcular o IMP.

Palavras-chaves: capacidades; multidimensional; renda

INTRODUÇÃO

Muitas são as discussões a respeito da pobreza, tema que vem sendo foco de várias pesquisas internacionais. A forma como a pobreza é mensurada é tema de muitas discussões, da pobreza que leva em consideração não apenas a renda para medir a pobreza. A abordagem Multidimensional vem ganhando espaço no cenário mundial. No Brasil apesar da abordagem monetária ser a forma predominante para mensurar pobreza, a abordagem multidimensional vem ganhando espaço, visto que o país já tem várias pesquisas a respeito do tema.

Para Lopes; Macedo e Machado (2003, p. 4) a analisa “da pobreza é importante tanto no âmbito da equidade quanto no âmbito da eficiência”. A “abordagem da equidade está mais preocupada com as questões éticas inerentes à pobreza”. São várias as consequências da pobreza sobre um país, sobretudo em países “com enorme extensão e diversidade como é o caso brasileiro”, neste caso tais consequências se tornando mais complexo. Por outro lado, na abordagem da eficiência, “se sabe que a pobreza é um forte entrave ao desenvolvimento econômico”. Por exemplo, em países pobres, “as empresas evitam investir onde não há mercado consumidor ou onde a mão de obra não atende às exigências da demanda das firmas, entre outros fatores”.

O principal objetivo deste estudo é apresentar as diversas abordagens de se mensurar pobreza, em especial a abordagem Multidimensional da pobreza. Os objetivos específicos: apresentar uma breve evolução dos conceitos de pobreza e fazer uma breve apresentação da evolução da pobreza no Brasil.

MATERIAIS E MÉTODOS

Quanto à natureza da análise e a abordagem do problema, este estudo é de natureza qualitativa e quantitativa. Quanto aos fins, caracteriza-se como exploratório-descritivo

(FLICK, 2004), uma vez que busca trazer conhecimento acerca dos assuntos relacionados às diversas abordagens para se analisar pobreza. Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica, dado que se fez um levantamento e síntese da literatura referente às teorias sobre o tema em questão a partir de artigos publicados em revistas e congressos da área. Quanto às fontes de dados, é fundamentada em dados secundários, ou seja, ocorre a partir da aplicação de métodos de coleta de dados já existentes, informações publicadas anteriormente (GIL, 2001), bem como de dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

CONCEITO DE POBREZA E SUA EVOLUÇÃO

Conforme Hagenars e De Vos (1998) apud Martii (2009), o conceito de pobreza monetária podem ser classificado em três grupos. Onde o primeiro seria a noção de pobreza absoluta, que tem como definição não ter um padrão mínimo, objetivamente definido, em termos de consumo, tendo relação direta no que concerne a sobrevivência física. A segunda categoria será a de pobreza relativa, onde ser pobre é ter menos do que os demais integrantes da sociedade. A última categoria seria a pobreza subjetiva, onde cada pessoa declara-se como pobre, isto é, percebe que não tem o mínimo necessário para satisfazer suas necessidades.

A abordagem das capacitações, para Sen (2000), a pobreza deve ser vista como privação das capacitações básicas, e não apenas como insuficiência de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. Para o estudo da pobreza como “privações das capacitações” é de importância o entendimento a respeito de funcionamentos (functionings) e capacitações (capabilities).

O critério adotado para a seleção das variáveis e das dimensões na determinação do IMP tem como base a abordagem das capacitações e a Abordagem das Necessidades Básicas, os critérios adotados neste trabalho são os mesmo de Lacerda e Neder (2010); Silva (2009); Araujo, Morais, Cruz (2012).

A escolha das variáveis usadas na determinação do Índice Multidimensional de Pobreza (IMP) baseia-se em um conjunto de variáveis encontrados na PNAD. Os indicadores básicos utilizados para o cálculo subdividem-se em seis dimensões e 15 variáveis: I) Dimensão moradia; II) Dimensão saneamento; III) Dimensão Educação; IV) Dimensão Trabalho; V) Dimensão Renda; e, VI) Dimensão Demográfica. Para que as dimensões fossem computadas com a mesma relevância na Análise de Correspondência, deve-se estabelecer pesos para os indicadores primários de modo a equiparar as dimensões que são compostas por muitas variáveis com aquelas representadas por apenas uma.

EVOLUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL

Para Rocha (2000), o sucesso do Plano Real teve efeitos na redução da inflação, que atingia 48% ao mês em Junho de 1994, à taxa anual de 22% em 1995, e teve uma queda constante até o final de 1998. Rocha (2013), afirma que além desta queda na inflação, houve mais três motivos para que a estabilização tenha diminuído tão intensamente a pobreza. O primeiro seria o favorável comportamento dos preços alimentares, que pesam mais na cesta de consumo dos mais pobres, já que estes é quem são mais vulneráveis a inflação. O segundo foi a evolução mais forte no setor de serviços, principalmente naqueles de menor valor. Por fim o câmbio sobrevalorizado e o uso de importações para controle de preços favoreceram de maneira indireta os rendimentos no setor de serviços.

Conforme Rocha (2006), resultados de rendimento familiar per capita revelam redução na pobreza e indigência do país. A proporção de pobres no Brasil cai de 35,6 % em 2003, para 33,2 %, em 2004, isto corresponde a 57,7 milhões de indivíduos pobres no

ano de 2004, menos 2,4 milhões de pobres do que em 2003. No que se refere a proporção de indigentes passa de 10% para 8% corresponde 13,9 milhões de miseráveis em Setembro de 2004, menos 3,0 milhões de indivíduos miseráveis do que em 2003. Verifica-se que diminuíram dois pontos percentuais tanto na pobreza tanto na indigência, isto significa o melhor resultado desde o Plano Real.

Os programas de transferências condicionadas de renda, surgem no governo Fernando Henrique Cardoso e procuram assegurar patamares mínimos de renda familiar, dentre os objetivos estão o de melhorar o desempenho escolar, assim como o da saúde dos indivíduos que são beneficiados. Foi em 1996 que foi lançado pelo Governo Federal o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), este programa tinha como objetivo retirar crianças e adolescentes do trabalho, onde havia uma combinação de transferência de renda com uma maior jornada de horas de estudos e atividades correlatas (AZEVEDO e BURLANDY, 2010).

Para Tavares et al (2009), o Programa Bolsa Família possui as seguintes condicionalidades: realização de exames pré-natais (para gestantes); o acompanhamento médico periodicamente para atualização de vacinas e manutenção de peso e altura adequada, isto é válido para crianças de 0 a 6 anos, com relação a educação é exigido a matrícula regular e frequência maior ou igual 85% das aulas no ensino fundamental para crianças de 7 a 15 anos, já para os jovens as condições é frequentar no mínimo 75% das aulas em que possuem matrícula (ensino fundamental ou médio).

As transferências assistenciais tem um papel de destaque na determinação da queda da pobreza e indigência. Pois, embora estas ainda serem responsáveis por uma parcela reduzida da renda das famílias, vêm seguindo em um ritmo avançado de crescimento como resultado de políticas de Estado. Como são políticas focalizadas, o impacto mais expressante sobre a pobreza e indigência. No intervalo de 1999-2005, houve uma elevação no valor real das transferências assistenciais de 166,7%, por outro lado o rendimento do trabalho aumentou 19,7% e deste modo fazendo com que a participação na renda das famílias pobres chegasse a 6,1% no ano de 2005 (ROCHA, 2009).

CONCLUSÕES

São diversos os métodos e abordagens de análise sobre pobreza, As análises de pobreza unidimensionalmente pode negligenciar a intensidade e as diversas formas da pobreza. Lacerda e Neder (2010) apresentando as vantagens do IMP, observa que o índice leva em consideração as várias privações sofridas pelos indivíduos que não apenas a renda, e a formação de uma linha de pobreza multidimensional e uma das desvantagens é o tipo de dados utilizados, e também a dificuldade de se medir várias dimensões da pobreza.

Por outro lado, para uma abordagem multidimensional é necessário mensurar aspectos como liberdade, autonomia e participação, ou seja, deve-se captar dados que expressem as capacidades, o que pode dificultar sua mensuração. Mas, tal abordagem apresenta-se mais adequada para indicar a intensidade e observar os diversos aspectos os quais um indivíduo pobre esta limitado.

No Brasil, pode-se observar uma pequena redução dos indicadores de pobreza, principalmente, quando se analisa os dados da ultima década. Muitos autores atribuem essa melhora dos indicadores as políticas públicas, mais especificamente ao Programa Bolsa Família.

Deste modo conclui-se que analisar a pobreza apenas pelo âmbito da renda pode acabar subestimando a real pobreza. E assim, a abordagem multidimensional da pobreza vem ganhando muito espaço no cenário internacional, visto que a pobreza não se limita apenas a insuficiência monetária e sim a privação de outras dimensões além da renda.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, Prof. Sonia Rebouças pela ajuda imprescindível na realização deste trabalho; a meu companheiro de pesquisa Neto, e minha amiga Marília pelo apoio e amizade. Enfim, a todos aqueles, que contribuíram direta ou indiretamente para realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jair Andrade de; MORAIS, Gabriel Sampaio; CRUZ, Mércia Santos da. Estudo da Pobreza Multidimensional no Estado do Ceará. Laboratório de Estudos Regionais – LER. Sobral – CE. 2012. (Texto par discussão 03)

ASSELIN, L. M. Composite Indicator of Multidimensional Poverty. Multidimensional Poverty. Québec: Institut de Mathématique Gauss, 2002. Disponível em: <http://www.pep-net.org/fileadmin/medias/pdf/CBMS_training/composite_ind.pdf>; Acesso em: 01/03/2014.

DE ALBUQUERQUE, Marcela Ribeiro; DA CUNHA, Marina Silva. Uma análise da pobreza sob o enfoque multidimensional no Paraná. Revista de Economia, v. 38, n. 3, 2012. LACERDA, Fernanda Calasans Costa; NEDER, Henrique Dantas. Pobreza multidimensional na Bahia: uma análise fundamentada no Indicador Multidimensional de Pobreza. Revista Desenbahia, Salvador, v. 7, n. 13, p. 33-70, 2010.

LOPES, Helger Marra; MACEDO, Paulo Brígido Rocha; MACHADO, Ana Flávia. Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. 15p. (Texto para discussão; 223)

ROCHA, Sonia. Pobreza e indigência no Brasil: algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. Nova Economia, v. 16, n. 2, p. 265-299, 2006.

SOUZA, André Portela. Por uma política de metas de redução da pobreza. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 4, p. 20-27, 2004.